

PT BOLETIM NACIONAL

ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O povo nas ruas

A primeira quinzena de maio vai mostrar ao governo um Brasil diferente: o povo nas ruas, mobilizado e organizado, lutando por seus direitos e exigindo mudanças na economia e na política.

As três grandes reuniões plenárias com que o PT lança nacionalmente sua campanha de mobilização popular - 24/4 em Porto Alegre, 26/4 em São Paulo e 29/4 em Belo Horizonte - são apenas o primeiro passo. O Primeiro de Maio unificado e o lançamento nacional das coletas de assinaturas para os primeiros projetos de iniciativa constituinte popular são um segundo passo. A própria Assembleia Nacional Constituinte, tendo podido entrar, finalmente, nos debates sobre o conteúdo da nova Constituição, já está provocando a atenção e o interesse dos setores Sociais organizados. E, enquanto governadores e ministros conspiram em chácaras e quintais por loteamentos pessoais ou grupais do poder, os trabalhadores estão se organizando para obter conquistas democráticas e reais mudanças no país.

E os petistas, com seus Núcleos de Base, seus Diretórios, sua atuação militante no movimento sindical e popular, devem estar na linha de frente dessas mobilizações. Essa é a tarefa de todos nós neste momento!

GOVERNO TRITURA NOSSOS SALÁRIOS

No Brasil da Nova República só há uma coisa barata: gente. A inflação reduz os salários a pó. A política econômica do governo virou máquina de triturar salários. Os grandes empresários e a direita organizada pedem mais arrocho. Os governadores do PMDB querem erguer obras faraônicas com o suor dos servidores e propõem

o fim do gatilho. Mas o povo também está organizado e resiste. Em todo o País, professores, médicos, assistentes sociais, protestam contra a política da Nova República.

O PT lança sua campanha contra Sarney e a Dívida, diretas para Presidente. (Sarney, os governadores e a crise, págs. 2 e 3)



Funcionários públicos cercam o Palácio dos Bandeirantes em São Paulo

ATÉ QUANDO OS MILITARES?

O fato político mais importante dos últimos tempos no Brasil não aconteceu no Brasil - aconteceu na Argentina. Oficiais das Forças Armadas argentinas se sublevaram, apontando os canhões contra o Governo e contra o povo. Esses oficiais defendem o chamado "princípio da obediência devida", segundo o qual não são puníveis os crimes contra direitos humanos cometidos em cumprimento de ordens superiores. Exigem ainda o restabelecimento de tribunais privilegiados para militares e a substituição dos generais considerados coniventes com o governo Alfonsín.

O presidente Alfonsín teve que negociar com os militares sublevados e já atendeu várias de suas exigências. E que tem isso a ver com o Brasil? Muito. Estamos em regime de Constituinte, que terá de definir o papel dos militares. Aqui, os militares torturadores não foram sequer processados pelos seus crimes. Nem os que obedeceram ordens e nem os que deram essas ordens. Aqui o presidente da República não tem a legitimidade das urnas. Aqui a repressão continua firme, ocupando refinarias, portos e reprimindo greves



reivindicatórias legítimas. Aqui os torturadores não são punidos, são promovidos. Diante desse quadro, só temos uma certeza: apenas o povo organizado poderá evitar uma escalada militar no Brasil à semelhança da ocorrida na Argentina. (Veja o artigo de Luiz Eduardo Greenhalgh na página 5)



Peça ao BN seu suplemento especial de 1.º de Maio - Cz\$ 10,00.

A Constituição do PT

Marco Aurélio Garcia

páginas 8 e 9

O Negro no Brasil

Hélio Silva Junior

página 4

A política econômica do Governo virou uma máquina de triturar salários. As evidências são impressionantes. As vendas de algumas das maiores redes lojistas do país estão registrando quedas de 15 a 20% ao mês, desde o Natal. A liberação geral dos preços redundou numa inflação superior a 52% apenas no primeiro trimestre. E o pior resultado das últimas décadas. Por baixo, os assalariados perderam, em três meses, algo como 15% de sua renda real. Tudo o que ganharam - teoricamente - com o Cruzado. E a FIESP ainda quer o fim do gatilho...

Os setores mais sensíveis às mudanças de conjuntura já começaram a demitir por conta da recessão. O emprego no comércio caiu 2,5%, apenas em fevereiro frente a janeiro. Outras áreas, como financeiras - que intermediam vendas a prazo - também estão demitindo pesado. A pequena indústria, idem. As grandes fábricas - que ajustam a mão-de-obra com uma defasagem de dois a três meses frente às oscilações das vendas - planejam cortar pessoal fortemente a partir de maio/junho. Então o circuito da recessão estará fechado, com perdas cumulativas crescentes para os trabalhadores.

A falência do cruzado instaurou a lei do cão na economia. O patronato exigiu e Funaro cedeu: liberou tudo dando a essa razia o nome de realinhamento. Quer dizer, realinhar o preço do trabalho por baixo e os lucros do grande capital por cima. O massacre do trabalho pelo capital financeiro e industrial é dramático. Não há nada mais barato no Brasil da Nova República do que a gente. Uma hora de trabalho de um servente de pedreiro, por exemplo, não vale hoje mais que Cz\$ 9,70. Um sabonete no supermercado custa mais que isso...

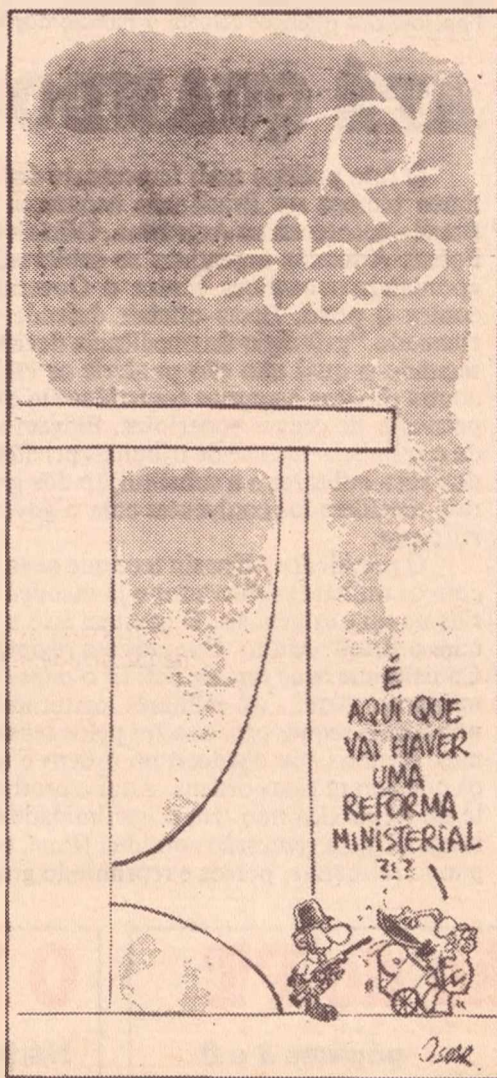
Os economistas que assessoram o PMDB estão perplexos com a perda de controle do Governo. E admitem desolados: "As chances de reverter a situação são mínimas". Um desses economistas enviou à cúpula do seu partido alguns cálculos impressionantes sobre os efeitos da especulação financeira que campeia solta no mercado: 1) Os encargos financeiros cobrados pelos bancos (dinheiro que recebem pelos empréstimos) poderão somar algo como US\$ 80 bilhões até o final do ano. 2) Trata-se de uma soma de recursos equivalente a 32% do PIB brasileiro. 3) Numa avaliação otimista a massa de salários chegaria, no máximo, a 40% do PIB. 4) Quer dizer: mensalmente os salários somariam cerca de US\$8 bilhões e os custos financeiros US\$ 6,5 bilhões. 5) As empresas tentam compensar os gastos que têm com os bancos elevando brutalmente seus preços. 6) Assim, através da inflação, elas extraem os salários, mensalmente, mais de 80% do seu valor.

É claro que esses números não são rigorosamente exatos. Mas dão uma pálida idéia da voragem inflacionária do grande capital. O PMDB e seus assessores mais lúcidos sabem que não existe saída econômica para uma crise dessa

Sarney liga a máquina de triturar salários

Não há nada mais barato do que gente no Brasil da nova República.

A inflação reduz os salários a pó. O PMDB patina e a direita pede mais



magnitude. O partido, entretanto, simplesmente não tem força nem vontade política para alterar drasticamente a estrutura de renda do País a favor dos assalariados. Para isso teria que fazer, entre outras, uma reforma financeira que aplastasse banqueiros e especuladores. E canalizasse os recursos disponíveis na economia para investimentos. As cadernetas de poupança, por exemplo, têm mais de Cz\$ 500 milhões de saldo. E o País enfrenta um déficit habitacional de 10 milhões de residências (por baixo). No entanto, o circuito da especulação financeira impede que esse dinheiro passe a financiar a construção de mais casas. Enquanto isso, os aluguéis explodem...

A incapacidade política do PMDB para realizar reformas profundas que socializem os recursos disponíveis no País (os 5% mais ricos detêm 33% da renda nacional!) reduziu a moratória a um blefe. De que adianta não pagar os credores e ir ao FMI se aquilo que o Brasil economiza não se traduz em benefícios à população?

Funaro e a cúpula do PMDB não têm propostas para a crise. Por isso estão sendo engolidos pela direita e queimados em fogo brando por Sarney. Medidas paliativas são insuficientes para enfrentar impasses que exigem uma solução global e política. A direita (Sarney, PFL, parte do PMDB, PDS, o grande capital, os credores, os militares, etc) joga tudo nessa linha de desgaste. E faz proselitismo de sua velha receita: pau puro nos trabalhadores, maxidesvalorização para incentivar as exportações e a assinatura de um novo pacto com o capital estrangeiro.

So a realização de eleições diretas poderia afastar o Brasil dessa trajetória, cuja complementação são os tanques na rua. Aqui, porém, entra a irresponsabilidade do PMDB, de Funaro e companhia. O partido sabe que dificilmente sairia vitorioso de um pleito presidencial em meio a uma crise tremenda como essa. Então, empurra o rojão com a barriga, sem se dar conta de que o pavio está cada vez mais curto. Vai esticar a corda até o fim, para satisfação da direita. Vai trocar Funaro por José Serra ou outro qualquer (dá no mesmo). Vai anunciar perfumarias. Vai amaciar os descontentes (UDR, entre outros) com injeções de crédito subsidiado; vai tentar o parlamentarismo...

Resta saber até quando será possível manter essa política suicida, sem encarar de frente as contradições profundas enraizadas na economia. A atitude irresponsável do PMDB e a estratégia de desgaste aplicada pela direita têm um denominador comum bastante claro e nisso se complementam. Os dois grupos contam com um requisito indispensável ao sucesso de seus planos: que a recessão seja forte o suficiente para arrebentar a espinha dorsal dos sindicatos e partidos operários. E assim afastar a ameaça de uma explosão popular do seu caminho.

PMDB: um partido sem programa na luta pela Presidência

Mal foi eleito, cada governador começou a se ver como um futuro presidente. É o jogo das personalidades de um partido sem programa, no qual vence quem for melhor em dominar a arte da traição.

O governador Franco Montoro, de São Paulo, começou o seu governo com os desempregados derrubando as grades do Palácio dos Bandeirantes. O governador Orestes Quéricia, sucessor de Montoro, começa o seu governo com o funcionalismo público esfregando, nas mesmas grades do Palácio dos Bandeirantes, seus holerites de pagamento.

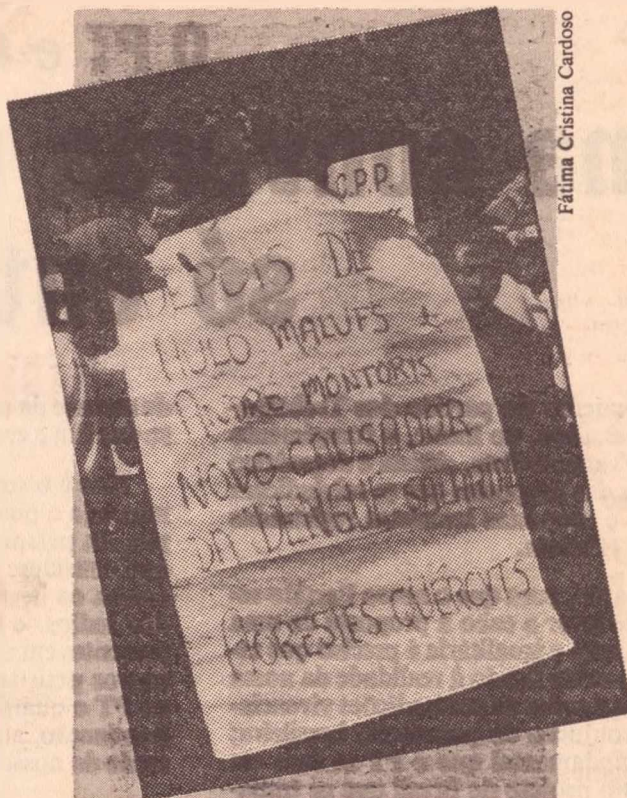
Os governadores do PMDB não encontraram outra resposta para a crise senão o confisco do já miserável salário do funcionalismo. Com o fim do gatilho, conforme proposta de Quéricia, o funcionalismo perderá até metade do seu poder aquisitivo a cada três meses. Os governadores do PMDB "descobriram" que, com a inflação galopando a 15% ao mês, nada mais fácil para juntar dinheiro do que congelar os salários enquanto o ICM não para de crescer.

Mas para que querem tanto dinheiro os governadores do PMDB? Para beneficiar o povo? Ora, se fosse para isso, não iriam tirar o dinheiro do

próprio povo, dos barnabés, dos professores, dos médicos, dos assistentes sociais. O que querem é fazer finanças para projetos de grande porte, que podem até beneficiar setores da população, mas que têm a principal finalidade de atrair um grande bloco de sustentação para a disputa da Presidência da República. O velho bloco que já conhecemos tão bem, dos empreiteiros, prefeitos do interior, empresários e aproveitadores de toda a espécie.

É o estilo "malufista" de governar. Não é por acaso que Quéricia encaixou dezenas de malufistas em seu governo. Não é por acaso que procurou alianças com Jânio Quadros, e que agora procura uma aliança com Sarney e alguns outros governadores, contra o seu próprio partido. É o jogo dos governadores que começou.

Nesse primeiro tempo, juntaram-se os interesses de um grupo de governadores, desprezados pela cúpula do partido, com os do presidente Sarney, que procura, com todas as for-



Fátima Cristina Cardoso

ças e artimanhas, esfacelar o PMDB. Esses governadores - o "caipira" Orestes Quéricia, que já foi traído pela cúpula peemedebista na sua campanha para governador, o mineiro Newton Cardoso, que apareceu de repente e teve que enfrentar o peemedebista "respeitável" Itamar Franco e o falso peemedebista Moreira Franco -, todos eles sabem que não seriam o candidato preferencial de um partido que tem líderes do prestígio de Arraes, Ulysses, Covas e Simon.

Assim se juntaram as ovelhas ne-

gras do PMDB no jogo da traição, para imobilizar o partido e emergirem eles próprios como candidatos de forças suprapartidárias ou dissidências regionais de um partido de espinha quebrada. Depois irão se comer entre si, porque vaga para presidente só existe uma. Mas isso fica para o segundo tempo. Divergências ideológicas? Conflitos programáticos? Nada disso. Apenas a luta dos figurões pela Presidência. O povo que se dane.

Bernardo Kucinski

Escravos do Brasil

Por 12 mil cruzados, trabalhadores foram vendidos a uma empreiteira para servirem de escravos na fazenda Rio Cristalino, da Volkswagen. Só este ano foram registradas mais de 50 mil denúncias de trabalho escravo no Brasil.

A escravidão no Brasil não é apenas um fato da história passada. É uma realidade que sobrevive amparada na omissão persistente dos governos. No dia 8 de abril, chegaram à liderança do PT na Constituinte três trabalhadores vítimas de escravidão na Fazenda Rio Cristalino — da Volkswagen — no Município de Santana do Araguaia (PA). Acompanhados de um representante da CPT e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional (GO), levaram suas denúncias (registradas em cartório) aos ministros do Trabalho, Justiça e ao MIRAD. Nenhum assumiu o compromisso de apurar e punir os responsáveis.

Os trabalhadores foram contratados por "gatos" mediante falsas promessas, e em seguida vendidos por 12 mil cruzados ao empreiteiro da multi-

nacional alemã. Trabalharam durante três meses, até mesmo doentes, sem receber um tostão. Os três conseguiram furar o cerco de jagunços e fugiram. Vários trabalhadores do norte de Goiás estão desaparecidos depois de terem sido "contratados" para serviços em grandes empresas rurais.

Segundo admitiu a delegada regional do Trabalho do Pará, Josefina Silva, só este ano foram registradas mais de 50 mil denúncias de trabalho escravo no Pará. O Governo está a par de tudo: a Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD publicou, em dezembro de 86, extenso levantamento sobre o trabalho escravo no Brasil. Se o Governo não toma providências, está caracterizada a conivência com esse crime que afronta a todos os trabalhadores.

Márcio Araújo

AVISO AOS NAVEGANTES II

Devido à escalada dos custos de produção, reduzimos a tiragem do Boletim Nacional para 15 mil exemplares e cancelamos as remessas gratuitas. A partir desta edição o Boletim somente será vendido. Os diretórios que quiserem pacotes de boletins devem enviar o cupom abaixo junto ao cheque de pagamento (que poderá ser descontado em até 30 dias) à sede nacional do PT — Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP. Maiores informações pelo telefone: 575-2299.

CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que poderá ser descontado em..... dias.

- pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 250,00
- pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 500,00
- pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 750,00
- pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra

Fone

Diretório

Endereço n.º

CEP.....Cidade.....Estado



O PT e a questão racial

Uma conversa que não pode ficar só entre negros

O surgimento do partido dos Trabalhadores representou, no limite, o rompimento do caráter vanguardista, elitista e dogmático da maioria das propostas que se reivindicam socialistas e marxistas leninistas registradas pelo nossa História.

No entanto, para que o nosso Partido seja capaz de levar a cabo a proposta de uma sociedade justa e igualitária é preciso que esteja intimamente ligado à realidade da nossa sociedade e a todas as contradições vivenciadas pelo conjunto de população brasileira; isto é, é fundamental que o PT se faça em torno de um projeto de Brasil que os trabalhadores, as forças democráticas e o conjunto do povo desejam.

Para tanto, nós negros - que somamos pelo menos 44,5% da população brasileira - temos uma imensa contribuição a dar: no que diz respeito à questão do racismo e da discriminação racial, nosso Partido não avançou na visão tradicional da esquerda, que aponta a emancipação da classe operária como panacéia para todas as contradições experimentadas pelo nosso povo. Não avançou no sentido de compreender o papel que a discriminação contra os negros desempenha na super exploração capitalista e na forma de dominação do autoritarismo brasileiro. Conseqüentemente, nosso Partido não percebeu ainda a dimensão da questão racial na luta contra a opressão e portanto não atribuiu à luta contra o racismo o peso político que lhe é devido. Ainda que em seu manifesto o PT afirme solidariedade à luta dos negros, essa solidariedade não tem-se manifestado a nível da sua prática política.

“Nosso Partido ainda não percebeu a dimensão racial na luta contra a opressão.”

A população negra constitui um dos pilares da sociedade brasileira; forma 44,5% da população (IBGE - 1980) e integra de maneira visível o segmento mais explorado da sociedade. Apesar disso, não existe no movimento operário e popular uma tradição de debate e busca de resposta à realidade socioeconômica do negro no Brasil. Assim, como constata o jornalista Hamilton Cardoso, “a vida e as contradições que afligem a população negra trabalhadora têm sido tratadas à margem das grandes contradições nacionais, ao mesmo tempo em que o debate sobre as principais contradições e crises brasileiras tem sido feito como se estas estivessem divorciadas da vida e da condição racial

de metade da população brasileira”. É preciso dar fim a esse desvio.

Este é o sentido deste artigo, que esperamos seja o pontapé inicial de um debate amplo, na perspectiva de construirmos um PT que considere efetivamente a discriminação contra os negros, as mulheres, a dizimação dos índios, e todas as demais contradições presentes em nossa sociedade. Sobretudo aos negros petistas cabe o papel de demonstrar ao PT o quanto o racismo, como sistema de dominação, atravanca o movimento de libertação do nosso povo.

Evidentemente não se trata de colocar a contradição racial como contradição fundamental da nossa sociedade, capitalista. Trata-se de compreender que tal contradição atinge pelo menos 40,2% da força de trabalho do País, segundo a PNAD de 1976, sendo que, de acordo com essa pesquisa, os negros e as negras somam 54,1% dos trabalhadores no setor da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal; 37,3% dos trabalhadores da indústria de transformação e da produção extrativa mineral; 52,7% dos trabalhadores da construção civil; 30,8% dos trabalhadores do comércio; 50,8% dos que trabalham em prestação de serviços e ainda, 36,6% dos trabalhadores do setor de transportes são negros.

É também significativo o resultado da PNAD de 82 que comprova que os negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo (SM) e 3,8% dos que ganham mais de 5 SM, ao passo que entre os traba-

lhadores brancos esses números são 31,4 e 15,6, respectivamente.

Igualmente reveladores são os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo, realizada pelo DIEESE/SEADE: um chefe de família branca recebe por hora trabalhada o equivalente ao dobro do que recebe um chefe de família negra, o mesmo acontecendo com trabalhadores negros e brancos com formação universitária.

O fato é que, em se tratando de emprego, salário, condições de trabalho, ascensão profissional, jornada de trabalho e desemprego, a situação do negro é flagrantemente pior que a dos brancos; ou seja, temos uma série de dados da realidade do negro no Brasil que derrubam alguns mitos e estimulam velhas questões a serem respondidas pelo Partido dos Trabalhadores.

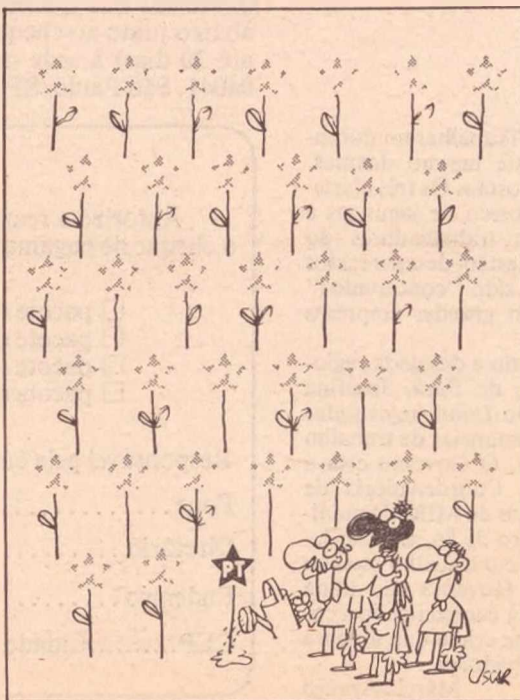
“A militância petista continua submetida aos ditames da ideologia racista que dificulta a compreensão de nossa realidade.”

O primeiro mito a cair por terra foi o de que a classe trabalhadora é uma massa homogênea composta por homens brancos e que portanto toda ela recebe um tratamento uniformizado por parte do capital. Há desigualdade não só no processo seletivo e nas condições de trabalho, como também na distribuição de renda, na capacitação dos trabalhadores, na especialização de mão-de-obra e, finalmente, na capacidade de organização de trabalhadores negros e brancos. Portanto, não podemos mais admitir e velho discurso de que os trabalhadores são explorados independentemente de sua origem racial. É a queda total - em todos os níveis da sociedade - do mito da democracia racial.

Ora, como então se explica que em seus planos de ação o PT ignore questões de tal importância?

1) Porque a militância petista continua sendo submetida aos ditames da ideologia racista, via tese da democracia racial brasileira, que no limite cumpre o papel de dificultar a compreensão da nossa realidade com o objetivo de perpetuá-la. Portanto, cabe às Comissões de Negros do PT desarticular a influência que o mito da democracia racial exerce no pensamento petista.

2) Porque o pensamento petista, no que diz respeito à questão racial, é norteador pelo





marxismo ortodoxo, ideologia eurocentrista formulada basicamente a partir das experiências históricas dos países da Europa, essencialmente brancos. Assim, as Comissões de Negros devem estimular o estudo criativo e sistematizado da teoria, a partir da nossa condição de sociedade multirracial, da nossa história e da experiência concreta das nossas lutas.

3) Porque, incapaz de formular resposta às duas primeiras questões, nosso Partido vem-se cristalizando dentro de uma visão em que se relega a luta contra o racismo a um plano insignificante; e, ao contrário de buscar compreender e ter políticas para a questão, optou pelo posição nada transformadora de apoio descomprometido, ou de fechar os olhos ao problema, ou de responsabilizar somente os negros por aquela luta, ou ainda, em alguns casos, de afirmar que a luta contra o racismo divide os trabalhadores. Neste particular, aos trabalhadores negros não serve a idéia de solidariedade automática de classe que ignore seus problemas específicos. Isto é, ou a idéia de solidariedade de classe contempla as nossas especificidades ou para nós, negros, tal pregação não passará de uma falácia. É nosso papel, então, trabalhar para que o PT reconheça a questão dos negros como problema nacional e assuma efetivamente a luta contra o racismo, entendendo-a como de responsabilidade de todos aqueles que lutam por uma sociedade justa; e, neste sentido, é fundamental que demonstremos ao PT que o combate ao racismo não divide os trabalhadores, ao contrário, legítima e fortalece a solidariedade de classe.

“O próprio movimento negro não conseguiu ainda elaborar uma ideologia anti-racismo que se encaixe como parte integral da luta de classe.”

4) Porque o movimento negro brasileiro - do qual as Comissões de Negros são parte - não conseguiu ainda elaborar uma ideologia anti-racismo que fustigue e leve ao colapso o mito da democracia racial e que sirva para colocar a luta contra o racismo no contexto da luta de classes e como parte integral da luta política por uma sociedade socialista. Nossa tarefa, enquanto negros petistas, passa então por lutar pelo crescimento da consciência do povo negro, das nossas raízes e da nossa história; e, ao mesmo tempo, trabalhar para que o Partido dos Trabalhadores tenha a dimensão da questão racial nos seus diversos níveis, do econômico ao cultural, e tenha a nitidez de que não haverá democracia efetiva neste País sem democracia racial.

Finalizando: é de grande importância que na Constituinte a bancada petista tenha propostas concretas de combate ao racismo nas áreas do trabalho, educação, cultura, saúde, enfim, em todas em que este se manifeste.

Hélio Silva Júnior
Membro da Comissão
de Negros do PT/SP

PALAVRA DE LÍDER

Novamente os militares. Até quando?

Até que ponto a rebeldia dos militares argentinos terá repercussões no Brasil? Até que ponto a Constituinte brasileira terá força para enquadrar os militares nas regras da democracia? Tanto na Argentina como aqui, somente o povo, organizado e nas ruas, poderá impedir a volta dos militares.

O fato político mais significativo ocorrido nos últimos tempos no Brasil não se passou aqui. Mas na Argentina.

Explico. Oficiais das Forças Armadas argentinas se rebelaram, tomaram quartéis, apontaram canhões e metralhadoras contra o governo e a população civil. Durante quase uma semana o impasse se estabeleceu. Ainda não terminou. Das cinzas ainda sai fumaça. Quem sabe fogo.

Os militares argentinos exigiam a substituição do Comando Militar, considerado conivente com a idéia de punição judicial dos militares responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos durante o Regime Militar. Exigiam também a passagem para a reserva da maioria dos generais que integram o alto comando, os "legalistas"; a anistia para os chefes militares condenados pelas torturas, seqüestros, assassinatos e desaparecimentos de prisioneiros políticos; a reativação da justiça militar como foro privilegiado dos militares e o restabelecimento do princípio da obediência devida, segundo o qual não são puníveis os crimes cometidos em cumprimento de ordens superiores.

Do outro lado, o presidente Raúl Alfonsín, a democracia, os trabalhadores e o povo em geral, tentanto impedir o retorno dos militares. Cada um a seu modo. O povo, cercando os quartéis. Enfrentando cara a cara os rebeldes. Ocupando as praças em vigorosas manifestações de repúdio ao passado recente do regime de doutrina de segurança nacional, responsável pela morte de milhares de cidadãos e pelo desaparecimento de outros tantos. O presidente, na corda bamba fingindo firmeza, mas negociando avidamente nos bastidores. Alíás, desde a sua posse, este é o comportamento que Alfonsín vem dando à questão militar. A própria formação da CONADEP no lugar da Comissão Bicameral de Inquérito - como pediam os organismos de direitos humanos - foi o primeiro passo na direção do diálogo com os militares.

Apesar da vitória nas urnas, do respaldo que a Nação lhe deu, desde o início (e sem o desgaste da administração e da crise econômica) Alfonsín evitou colocar os militares em seus devidos lugares, preferindo dar as costas às propostas dos organismos de direitos humanos representativos da vontade da sociedade civil. Também não desmantelou o aparelho repressivo, deixando-o em atividade e promovendo, inclusive, militares que integravam as listas dos torturadores. É verdade que a CONADEP desempenhou papel importante. É verdade que alguns chefes militares estão condenados pelos crimes cometidos. Mas é verdade, também, que isso não constitui a regra, mas a exceção que a confirma.

Conclusão: ao final das negociações, a versão oficial é a de que a democracia saiu fortalecida. De que o perigo militar esvaneceu-se. Edo engano. Na verdade, nesta crise militar, foram feitas muitas concessões. E Raúl ainda vai ter que fazer outras. Já substituiu o comandante de Estado Maior, que era legalista. Já desclassificou os

delitos cometidos pelos insurretos de modo a diminuir eventuais omissões e a retirá-los da Corte Marcial. Já prepara, novamente, o retorno da aplicação do princípio da obediência devida e já orienta os tribunais civis a remeterem os processos contra os militares para a justiça castrense. Na verdade, a democracia fez concessões comprometedoras. Quem viver verá.

E o que tem isso a ver com o Brasil? Muito. MUITÍSSIMO. Estamos em época de Constituinte, em que o papel das Forças Armadas num regime democrático haverá de ser debatido e estabelecido. Aqui, o presidente da República não tem a legitimidade das urnas, como lá. E isso é agravante. Aqui, os militares torturadores não foram processados pelos seus crimes, como lá foram, pelo menos os mandantes. Aqui, muito ao contrário, continuam firmes na repressão ao povo, ocupando refinarias, portos, combatendo os trabalhadores em greve, publicando livros e exaltando os órgãos e a doutrina de segurança nacional, praticando lobby junto aos constituintes para que seus "poderes constitucionais" não sejam reduzidos.

Aqui os torturadores são promovidos. Alguns já são, inclusive, generais. Tudo isso vai ter que ser tratado pela Constituinte. E os privilégios dos militares terão que ser proibidos. A tortura, de qualquer tipo, deverá constituir crime inafiançável e insusceptível de anistia e prescrição. Os funcionários públicos, civis ou militares, envolvidos em tortura perderão seus cargos. Os DOI-CODIS, DOPS e os demais órgãos de segurança deverão ser extintos. A justiça militar não julgará civis e somente funcionará em caso de guerra externa. A lei de Segurança Nacional tem que ser revogada. O Serviço Nacional de Informações não poderá voltar-se à coleta de dados pessoais sobre eventuais convicções dos brasileiros. O Conselho de Segurança Nacional deixará de ser o verdadeiro poder legislativo. Os responsáveis pelas violações, seqüestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos de perseguidos políticos deverão ser julgados pelos crimes que cometeram. Essas providências constituem o patamar mínimo sobre o qual se fundarão as estacas de uma democracia duradoura no Brasil.

É de perguntar-se: até que ponto o exemplo dos militares argentinos repercutirá no Brasil? Até que ponto um presidente da República feito num Colégio Eleitoral, bônico de idéias e de mandato, deixará de fazer mais e maiores concessões aos militares? Até que ponto a Constituinte será soberana o suficiente para fazer passar essas propostas que enquadraram os militares nas franquias democráticas e lhes quitam poder? Diante destas dúvidas só há uma certeza. Um e somente um protagonista social poderá evitar a volta dos militares, tanto lá como aqui: é o povo, organizado, nas ruas. O povo é o único setor social intransigentemente democrático.

Luiz Eduardo Greenhalgh
3.º Vice-Presidente e Secretário de
Relações Internacionais.



Consulta às bases: verdade ou retórica?

Os petistas - os fundadores e os que vieram depois, os dirigentes ou os filiados - costumam impor de orgulho ao proclamar um dos mais caros princípios do partido: o de que a democracia interna é respeitada e as decisões partidárias se fundamentam na permanente consulta às bases, ou seja, o de que o PT se constrói de baixo para cima.

Como princípio, trata-se de afirmação absolutamente correta. E não só como princípio, mas também como prática concreta, a verdade dessa afirmação tem sido confirmada várias vezes. Os exemplos mais notáveis são de conhecimento de todos.

Em 1984, a decisão de não participar de eleições presidenciais indiretas e de não comparecer ao Colégio Eleitoral foi ampla e reiteradamente discutida nas bases, reafirmada em reuniões e convenções, endossada por um plebiscito interno e homologada num Encontro Nacional extraordinário.

Em 1985, por meio de longo e laborioso processo semelhante, o PT resolveu aderir à bandeira da Constituinte, após cinco anos de omissão diante dessa proposta, que já estava colocada na conjuntura nacional desde muito antes da fundação do Partido.

E, desde 1982, a apresentação final e formal de candidatos petistas, majoritários e proporcionais, tem sido precedida de ampla e democrática participação de todos os filiados, a começar das reuniões de Núcleos de Base e das plenárias dos Encontros Distritais, Zonais e Municipais.

Mas nem sempre o princípio da consulta às bases tem sido aplicado no PT. Inúmeras vezes - e com mais frequência ultimamente - as instâncias intermediárias e central de direção do Partido têm sido levadas a adotar resoluções que, embora respaldadas por diretrizes gerais prévia e democraticamente aprovadas, constituem, na sua especificidade, definições sobre temas a respeito dos quais houve escassa ou nenhuma discussão nas bases partidárias.

Os exemplos mais recentes e gritantes de definições desse tipo encontram-se, justamente, em pontos que configuram aquilo que deverá vir a ser o projeto de Constituição do Partido dos Trabalhadores: presidencialismo ou parlamentarismo, eleições proporcionais ou distritais, voto obrigatório ou facultativo, candidaturas individuais ou por lista partidária, serviço militar facultativo ou obrigatório, ensino estatal ou privado etc. Sucedem-se os exemplos de temas sobre os quais o PT já se pronunciou ou terá de pronunciar-se brevemente e que não tem passado pelo debate amplo, sistemático e organizado das bases: papel do Estado na Economia, Forças Armadas, responsabilização civil e penal de menores de 18 anos, aborto, drogas, eutanásia, liberdade de casamento, recursos minerais, saúde pública etc.

E por que tem sido assim?

Uma das hipóteses mais frequentes para tentar explicar essa indesculpável falha dos organismos dirigentes é a de que boa parte dos diretórios, de diversos níveis, tem perdido parcela da representatividade original; isso teria ocorrido porque a

ampliação e as modificações das bases partidárias são mais rápidas do que a duração dos mandatos dessas instâncias, além do que, nos momentos de renovação, esta, com frequência, é extremamente parcial.

Outra tentativa de explicação é a de que, na maior parte das instâncias orgânicas do Partido - dos Núcleos de Base à Comissão Executiva Nacional -, há grande escassez de discussão política aprofundada. Quer pelo desnível de formação política dos componentes dessas instâncias; quer pela urgência imposta a elas pelas contingências da conjuntura nacional; quer pela premência exigida na solução de problemas internos - os dirigentes partidários pouco tempo e atenção dedicam à preparação e à implementação dos grandes debates políticos.

E uma terceira hipótese é a de que, mesmo quando há representatividade e debate político, os organismos partidários têm tido parca operacionalidade na tarefa de levar as discussões às bases, prepará-las para o desafio, ouvi-las, sistematizar o resultado das consultas e finalmente transformar esse resultado em resoluções e decisões. Dificuldades de toda ordem (escassez de recursos materiais e humanos; excesso de burocracia, de um lado; inexistência de organização, de outro; falta de tempo etc.) são convocadas para explicar essa pouca ou nenhuma operacionalidade.

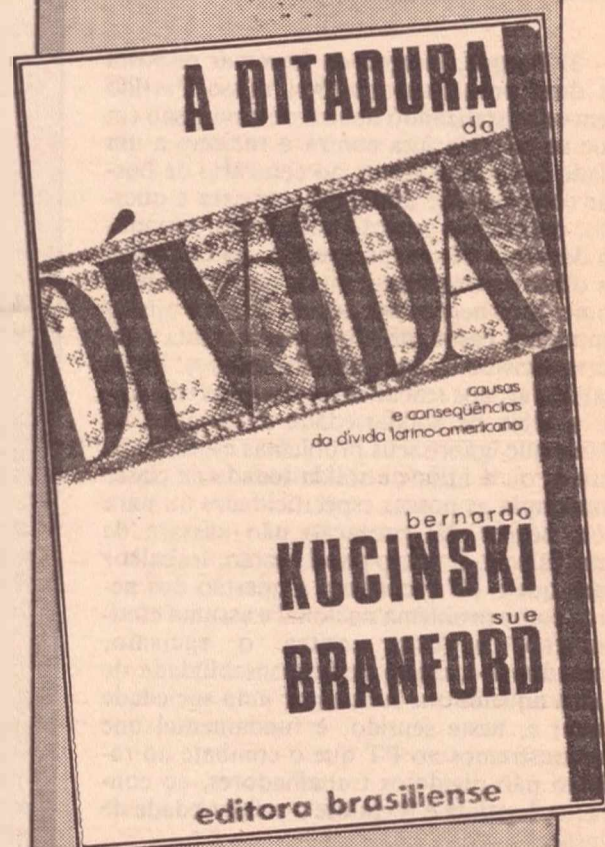
Mas há explicações que se assentam, também nas falhas das bases, e não apenas nas das direções, mesmo quando se leva em conta que aquelas resultam destas.

As bases não existem; existem mas não estão organizadas; organizam-se mas não debatem ou não têm opinião; estão loteadas por visões tão diferenciadas que se torna impossível chegar a um entendimento comum; têm opiniões mas não as comunicam às direções; repelem propostas de debates vindas das direções para "não se submeter ao já pronto e aos de cima" e ao mesmo tempo não tomam iniciativas de propostas porque "esperam uma orientação das direções"; não se interessam por essas coisas; estão muito ocupadas tratando de "problemas práticos e concretos" do movimento popular e/ou sindical e não querem "perder tempo com cansativas discussões teóricas, abstratas e pouco objetivas"... Todas essas sentenças são algumas das tentativas correntes de explicar por que o filiado do PT não tem participado das discussões que levam às resoluções finais e oficiais do Partido, e nem tem cobrado - das direções - o funcionamento mais aperfeiçoado da consulta às bases, da democracia interna, e da construção partidária de baixo para cima.

Proavelmente há mais de um grão de verdade em todas essas hipóteses, tanto nas que fazem recair a principal "culpa" sobre os organismos de direção, quanto nas que levam as bases a compartilhar de parcelas dessa responsabilidade. Para superar essa inorganização ou desorganização do processo de democracia interna do PT, é indispensável insistir na filiação e na nucleação; na organização e no funcionamento permanente e efetivo de todas as instâncias partidárias, a começar dos Núcleos de Base; na necessidade de inserção do petista no movimento social; no aperfeiçoamento da formação política de todos e de cada um; e, finalmente, na constante renovação de quadros dirigentes. Sem tudo isso, a famosa consulta às bases não passará de uma frase retórica.

Perseu Abramo

A dívida das ditaduras



É honesto pagar uma dívida contraída por regimes autoritários e mantida por mecanismos impostos pelo FMI e taxas de juros imprevisíveis?

É legal pagá-la com o fechamento de fábricas, com o desemprego generalizado, com o aumento da inflação e com a miséria dos trabalhadores?

Saiba como a América Latina pagou, entre 1981 e 1985, aos países industrializados, 133 bilhões de dólares sem reduzir o valor principal da dívida. A Dívida da Dívida, de Bernardo Kucinski e Sue Branford, está a venda na Sede Nacional, com 10% de desconto (Cz\$ 190,00). Não deixe de ler.

O PT nas Comissões

Depois da votação do regimento interno e da eleição da Mesa, as atenções do Congresso Constituinte voltam-se agora para os trabalhos das Comissões e Subcomissões, que iniciam a discussão de propostas apresentadas pelos constituintes e por entidades representativas. Até o início de junho, as Comissões encaminharão os respectivos anteprojetos à Comissão de Sistematização, à qual caberá a redação definitiva do projeto de Constituição a ser votado pelo Plenário da Constituinte.

Com 16 deputados, a Bancada do PT não pôde integrar todas as 24 Subcomissões com direito a voto. Mas deverá participar apresentando propostas e acompanhando o trabalho de todas. A partir da disponibilidade de vagas nas Subcomissões, nossos deputados foram distribuídos no maior número delas, considerando, sempre que possível a área de militância de cada constituinte. A bancada do PT está representada em todas as 8 Comissões, em 15 Subcomissões e na Comissão de Sistematização, conforme quadro nesta página.

A Comissão mais disputada na Constituinte foi, sem dúvida, a de Sistematização. Sua função é compatibilizar os anteprojetos das Comissões, a partir do traba-

lho iniciado pelas Subcomissões, além de elaborar um projeto de Constituição e de dar parecer às emendas apresentadas ao projeto.

São membros efetivos desta Comissão os oito presidentes e oito relatores das Comissões e os 24 relatores das Subcomissões, além de 53 constituintes indicados pelas bancadas partidárias.

Na definição do cálculo proporcional para compor a Comissão de Sistematização, no último dia 9, a Secretaria da Mesa, subordinada ao presidente da Constituinte, apresentou uma fórmula que resulta em aumento de quatro membros do PMDB e dois do PFL, enquanto o PT e o PDT perdem um representante cada. Essa manobra, destinada a garantir maioria ao PMDB na Comissão, foi imediatamente denunciada pelo PT; o Partido provou, em parecer, que a forma de cálculo da Mesa fere pelo menos dois dispositivos do regimento interno. Transgredir o regimento não é um fato novo. Desde que o PMDB assumiu a direção da Mesa da Câmara dos Deputados, vem mantendo a prática de obedecer ou ferir o regimento conforme seus próprios interesses.

Temas polêmicos

Vários temas polêmicos come-

çam a "esquentar" o debate constituinte. Na Comissão de Soberania e dos Direitos de Garantia do Homem e da Mulher devem concentrar a atenção as questões da dívida externa, discriminação da mulher, aborto e a condenação da tortura na nova Constituição.

A Comissão de Organização do Estado discutirá a amplitude do federalismo, sob a pressão de vereadores e prefeitos por uma descentralização dos poderes hoje concentrados na União. Setores organiados da população de Brasília também irão pressionar para assegurar eleições diretas em todos os níveis para o Distrito Federal.

Na Comissão dos Poderes e Sistemas de Governo inicia-se o debate constituinte sobre a duração do mandato do presidente Sarney. Discute-se, também, a opção entre presidencialismo e parlamentarismo e os jetons dos congressistas. Na Subcomissão do Judiciário o relator é o deputado petista Plínio Arruda Sampaio.

A Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições trata do papel das Forças Armadas e do direito de voto aos cabos e soldados. E alvo do lobby militar ostensivo

no Congresso. Nessa Comissão começará a definição das bases do sistema eleitoral, inclusive a possibilidade de inclusão do voto distrital.

Pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças passam questões como a estatização do sistema financeiro, o imposto de renda, incidência e divisão dos impostos, além da participação do Congresso na definição do orçamento da União.

Dominada por conservadores e alvo de poderosos lobbies empresariais, a Comissão da Ordem Econômica trata da extensão do direito de propriedade, estatização X privatização, nacionalização do subsolo e reforma agrária.

A Comissão da Ordem Social é integrada por constituintes do PT nas três Subcomissões. Aqui serão discutidas reivindicações históricas dos trabalhadores, como o direito de greve, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas semanais, liberdade e autonomia sindical e direitos dos aposentados. Também em pauta as obrigações do Estado para com a saúde, o controle do meio ambiente, o combate à discriminação racial, direitos das populações indígenas, deficientes e minorias.

Marcio Araújo

EFETIVOS

SUPLENTES

I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

- a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
- b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
- c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.

JOÃO PAULO PIRES (061) 213.5384

BENEDITA DA SILVA
VLADIMIR PALMEIRA

II - Comissão da Organização do Estado:

- a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
- b) Subcomissão dos Estados;
- c) Subcomissão dos Municípios e Regiões.

VITOR BUAIZ (061) 213.5275

PAULO PAIM
PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

- a) Subcomissão do Poder Legislativo;
- b) Subcomissão do Poder Executivo;
- c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.

GUMERCINDO MILHOMEM (061) 213.5371
PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (061) 213.5627

JOÃO PAULO PIRES

IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições:

- a) Subcomissão do Sistema Eleitoral, e Partidos Políticos;
- b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
- c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

PAULO DELGADO (061) 213.5373
JOSÉ GENOINO (061) 213.5375

FLORESTAN FERNANDES

V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

- a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;
- b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- c) Subcomissão do Sistema Financeiro.

VIRGÍLIO GUIMARÃES (061) 213.5376

IRMA PASSONI

LUÍS GUSHIKEN (061) 213.5374

OLÍVIO DUTRA

VI - Comissão da Ordem Econômica:

- a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;
- b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
- c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

VLADIMIR PALMEIRA (061) 213.5379

EDUARDO JORGE

IRMA PASSONI (061) 213.5237

VIRGÍLIO GUIMARÃES

VII - Comissão da Ordem Social:

- a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
- b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente;
- c) Subcomissão dos Negros, populações Indígenas, Deficientes e Minorias.

PAULO PAIM (061) 213.5471
EDUARDO JORGE (061) 213.5382
BENEDITA DA SILVA (061) 213.5360

LUÍS GUSHIKEN
VITOR BUAIZ
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

VIII - Comissão da Família de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia:

- a) Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes;
- b) Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação;
- c) Subcomissão da Família, do Menor e do idoso;

FLORESTAN FERNANDES (061) 213.5585
OLÍVIO DUTRA (061) 213.5372

GUMERCINDO MILHOMEM
PAULO DELGADO

IX - Comissão de Sistematização:

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
(061) 213.5170/ 5172

JOSÉ GENOINO NETO

Nosso projeto de Constit

Apesar dos avanços, um debate ainda insuficiente.

A reunião ampliada do Diretório Nacional do PT realizada dias 11 e 12 de abril em Cajamar, São Paulo, deu mais um passo na configuração da proposta do Partido para uma nova Constituição. Tendo por base o projeto do professor Fábio Konder Comparato, acompanhado de um documento da Comissão Constitucional do PT que assinalava as questões até então consideradas polêmicas ou sujeitas a aprofundamento dentro do Partido, os membros da direção nacional, os deputados federais, e mais os delegados dos Diretórios Regionais indicados para tal evento dedicaram dois dias à discussão de nossas propostas à Assembléia Nacional Constituinte, que deverão orientar a intervenção da bancada petista.

Apesar dos progressos realizados é indiscutível que o debate ficou bastante aquém das necessidades do momento. A falta de maior discussão anterior sistematizada, a despeito do interesse de vastos setores partidários pelo debate constitucional, não proporcionou o acúmulo necessário para que o Partido pudesse chegar a um projeto absolutamente homogêneo, coerente, tecnicamente bem construído e que fosse, ademais, expressão das bases e dos setores sociais sobre os quais se construiu e atua o PT.

A forma pela qual se darão os trabalhos da Constituinte nas próximas semanas, quando o debate estará descentralizado nas Comissões privilegiando as propostas temáticas (sistema político, ordem econômica, direitos e garantias individuais etc.) não impede, no entanto, que o PT apresente, desde agora, um conjunto de propostas cobrindo praticamente a totalidade dos problemas em discussão. Somente mais adiante, quando o debate se fizer sobre o projeto resultante do trabalho fracionado das comissões, após o parecer da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, é que se colocará no debate constituinte a necessidade real de uma proposta global.

Regime de Governo & Sistema Eleitoral

O método de discussão prévia que a reunião deveria modificar, suprimir ou de-

envolver os pontos considerados insuficientes no projeto Comparato, ficando claro que as questões não contestadas estavam automaticamente aprovadas.

Um dos primeiros temas polêmicos foi a questão do regime de governo, opondo-se posições que defendiam as formas presidencial ou parlamentar.

A proposta Comparato se situava, apesar de sua feição presidencialista, fora dessa oposição, na medida em que sua sugestão de criação de uma Superintendência Nacional de Planejamento introduzia, no sistema político brasileiro, uma espécie de "quarto poder". A reunião não aceitou essa última alternativa, ainda que tenha considerado fundamental incorporar na nova Constituição grande parte das sugestões relacionadas com o planejamento e com o caráter imperativo que deve ter o Plano a ser enviado pelo Presidente ao legislativo, após sua aprovação. O DN não acatou igualmente as teses parlamentaristas, optando pela forma presidencial de governo, enfatizando, porém, o fortalecimento do papel do Poder Legislativo. Sobre este, decidiu igualmente pela abolição do sistema bicameral, extinguindo o Senado Federal.

A reunião pronunciou-se pela manutenção do sistema eleitoral proporcional estadual, propugnando, no entanto, uma redefinição do cálculo da representação dos Estados que corrija as atuais distorções. Da mesma forma, aprovou que os candidatos sejam eleitos a partir de uma lista partidária pré-estabelecida nas convenções. Adotou o fim do voto obrigatório e o princípio da eleição em dois turnos para os pleitos majoritários, sempre que um candidato não alcance 50% dos votos.

Poder & Política Internacional

Sobre as questões da origem e finalidade do poder e dos princípios que devem nortear a política internacional brasileira na nova Constituição não houve praticamente contestação do projeto Comparato. Tratou-se fundamentalmente de ampliar e/ou explicitar o que estava contido na

proposta original. Nesse sentido vão menções mais explícitas ao direito do povo de insurgir-se contra os atos de autoridades que violem direitos consagrados na Constituição e disposições que assegurem a participação popular, através de Conselhos correspondentes aos distintos níveis de governo.

No campo da política internacional tratou-se de detalhar mais a orientação a ser seguida pela diplomacia brasileira, de respeito à autodeterminação, condenação às formas de exploração e de opressão do homem pelo homem, ao colonialismo e ao imperialismo, de defesa da paz e repúdio às intervenções estrangeiras em outras nações, de condenação ao genocídio, à tortura etc.

Igualdade & Direitos Políticos

A reunião buscou tornar mais explícito também o direito de igualdade a ser resgatado pela próxima Constituição, estabelecendo que ninguém poderá ser discriminado por lei ou ato em função de sua nacionalidade, raça, cor, religião, convicções políticas ou religiosas, deficiência física ou mental, idade, instrução, atividade profissional, estado civil, classe social, condições de nascimento, sexo ou orientação sexual. Estabeleceu igualmente a necessidade de sanções penais e administrativas para tais manifestações de discriminação.

No plano dos direitos políticos se encontram dispositivos com a possibilidade de alistamento eleitoral aos 16 anos, a não discriminação entre brasileiros natos ou naturalizados, a liberdade e o segredo de voto, o controle do poder econômico nas eleições, a possibilidade de que militares ativos sejam candidatos, desde que se licenciem de suas funções. A reunião aprovou também a livre criação de partidos e a proibição de que eles venham a ser dissolvidos, mesmo por decisão judicial, da mesma forma que determina que a organização interna dos partidos deve ser decidida pelas próprias agremiações sem interferência da lei.

Na proposta petista se abole a obriga-

O ensino em questão

Alternativas para o ensino público popular

toriedade do serviço militar, introduzindo-se formas de prestação de serviços dos cidadãos à Sociedade.

Organização Sócio-econômica

Na discussão das questões relacionadas com a ordem sócio-econômica do País e, em especial, com o problema do regime de propriedade, resgatou-se a formulação do projeto Comparato sobre o tema da propriedade rural e urbana, apontando-se para a necessidade de combiná-la com as disposições do Documento Preliminar da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, integrada pela CONTAG, CUT, CPT, ABRA e outras entidades. Em ambos casos a ênfase dada é na proteção da propriedade que tem função social, estabelecendo-se mecanismos que vão da desapropriação à expropriação das demais.

Neste ponto, e não somente sobre essa questão, o debate foi insuficiente, cabendo à Bancada Federal e à Executiva, com o apoio da Comissão Constitucional, sistematizar as propostas do projeto Comparato, de entidades sindicais ligadas ao campo, bem como sugestões apresentadas por militantes e dirigentes partidários. No mesmo caso se enquadram alguns dispositivos relacionados com os temas da Educação e do Ensino, especialmente no que se refere às entidades educacionais privadas sem fins lucrativos, sobre cuja manutenção não se chegou a acordo definitivo.

Marco Aurélio Garcia
Coordenador da Comissão
Constitucional do Diretório
Nacional do PT



No XII Congresso Nacional da Associação de Educação Católica (AEC), realizado em Brasília, em julho de 1986, o deputado federal Plínio Arruda Sampaio apresentou para debate sua proposta de "educação livre e gratuita em todos os níveis". Para ele, o debate atual se trava entre duas posições extremas: a dos defensores da escola pública e a dos defensores da escola privada. "Uma análise mais profunda, contudo, identificará posições bastante diferenciadas em cada um dos dois lados", afirma ele, propondo "um entendimento entre os que abraçam hoje posições distintas, em razão, contudo, de uma mesma preocupação: a democracia."

Plínio de Arruda Sampaio expôs uma tese "nova e corajosa", segundo suas próprias palavras, para corrigir a situação injusta do nosso sistema de ensino que perpetua as desigualdades sociais. Ele sugere a criação de um "imposto de educação", cujo produto seria destinado a "fundos escolares" que financiariam tanto "redes estaduais como sociedades civis sem fins lucrativos, formadas por comunidades de educadores". Segundo o autor, isso superaria a dicotomia entre a escola pública e a escola privada e retiraria a educação da esfera do comércio.

Com o intuito de ampliar o debate, desejo sugerir outra alternativa que não exclui inteiramente a proposta de Arruda Sampaio, mas que não abre mão do princípio de que os recursos públicos devem ser destinados exclusivamente para serviços públicos. Em essência, minha idéia é muito simples: permitir o acesso à escola pública superior apenas àqueles alunos provenientes da escola pública de 1.º e 2.º graus e engajar, desde já, a universidade pública num movimento de recuperação da educação pública como um todo, eliminando progressivamente os exames vestibulares.

A situação do ensino público brasileiro chegou a tal ponto que medidas paliativas de

nada adiantarão. Concordo com Arruda Sampaio que a escola privada de caráter puramente empresarial, governada pela lógica do lucro, precisa desaparecer numa sociedade verdadeiramente democrática, bem como uma escola pública burocratizada e incompetente. Entretanto, em nome da "liberdade de ensino" não podemos destinar recursos públicos para recuperar instituições privadas. Garantir a liberdade de ensino significa garantir que as escolas confessionais que visam à difusão de suas ideologias possam fazê-lo livremente, mas com seus próprios recursos ou daqueles que subscvem seus credos e não à custa do paternalismo do Estado.

As classes populares não têm acesso à educação superior. É preciso inverter o sinal, corajosamente. É preciso que a Constituinte estabeleça os princípios básicos para a criação de um verdadeiro sistema nacional de ensino público, articulado. Hoje ainda não o temos. E a prova está nessa dissociação entre o ensino básico e o ensino superior. Por isso, as universidades públicas devem engajar-se na recuperação e na moralização da escola pública.

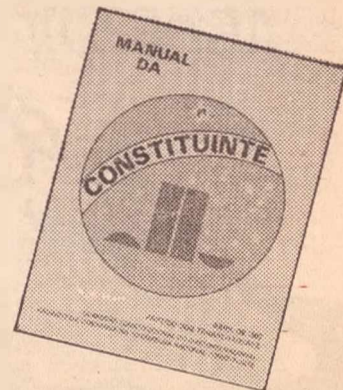
Defendo a idéia de que a universidade pública seja destinada àqueles que estão na escola pública desde o início, não só porque geraria um sistema integrado de educação pública, superando a atual dicotomia entre escola pública básica para pobres e escola pública superior para ricos, mas ainda porque seria uma forma de estancar a progressiva deterioração da qualidade do ensino público. Mas existem outras vantagens. As classes médias que não têm condições de pagar escolas superiores, procurariam matricular seus filhos nas escolas públicas, forçando o governo a ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade. Por outro lado, estimularia os alunos provenientes das classes populares a prosseguirem até o ensino superior.

Moacir Gadotti

MANUAL DA CONSTITUINTE

O Manual da Constituinte - elaborado pela Comissão Constitucional do Diretório Nacional - foi feito para você saber como está estruturada e como funciona a Constituinte. Através dele você também fica sabendo quais as formas de participação popular previstas no regimento interno da A.N.C., como se organizar e como entrar em contato com os deputados do PT.

O Manual é inteiramente grátis e você poderá adquiri-lo no Diretório Regional de seu Estado.



O debate do aborto

O Partido aprova a garantia constitucional do direito à prática do aborto em caráter indicativo

A última reunião do Diretório Nacional do PT (Cajamar, 11 e 12 de abril), extraordinária e ampliada, tomou várias decisões sobre pontos omissos ou polêmicos do anteprojeto de Constituição do prof. Fábio Konder Comparato. Um desses pontos — e o que mais controvérsias provocou na reunião — foi o do aborto.

A decisão final do DN é a seguinte: abre-se, desde já e até o próximo Encontro Nacional, marcado para 4, 5 e 6 de dezembro de 87, um amplo e aprofundado debate sobre a questão, dentro do Partido e entre o PT e a sociedade. Durante esse debate, os filiados do PT — parlamentares ou não — ficam liberados para defender suas posições, levando em conta que a decisão indicativa para o tema, tomada por maioria de votos do DN na citada reunião, é a da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases.

Essa difícil e realista deliberação do Diretório Nacional somente foi adotada após exaustiva discussão, na qual tomaram parte mais de vinte companheiros, e graças à mediação de uma Comissão composta pelos deputados federais Plínio Arruda Sam-

paio, José Genoio Neto e Benedita da Silva; estadual Ivan Valente (SP); e da companheira Diná Lemos, delegada do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Durante as discussões, formaram-se, em termos gerais, três principais correntes de opinião.

Uma delas procurou não incluir o tema do aborto no Projeto de Constituição do PT, reservando a questão para uma época posterior à promulgação da nova Carta Magna, quando se travarem debates nacionais sobre a reforma ou adaptação dos Códigos Civil e Penal em função da Constituição que vier a ser aprovada. Os argumentos principais em favor dessa tese foram: 1 — a escassez de debates havidos até agora no interior do Partido e fora dele; 2 — os problemas éticos, além dos de outra natureza, envolvidos na questão; 3 — o fato de que se trata de um assunto de consciência individual e, assim, não sujeito a normas partidárias; 4 — a delicadeza do tema, visto à luz das forças sociais que compõem e apoiam o PT.

Uma variante dessa corrente aceitaria a inclusão do tema, mas apenas nas Disposições Transitó-

rias da Lei Magna, remetendo o assunto a um plebiscito popular, que definiria a questão antes da promulgação da nova Constituição.

Outra corrente, defendendo ou tolerando a inclusão do tema no Projeto de Constituição do PT, propôs a descriminalização do aborto, com assistência da área estatal de saúde, mas sem a consignação da garantia da prática como princípio constitucional. Os principais argumentos dessa tese: 1 — o reconhecimento de que o aborto é praticado, e em grande escala, no Brasil; 2 — a constatação de que se encontra entre as camadas populares a maioria das mulheres que se tornam vítimas da prática de aborto; 3 — a necessidade de extirpar ou combater as “clínicas” clandestinas e os métodos condenáveis do ponto de vista médico.

A terceira corrente defendeu a inclusão do tema com um conteúdo específico: a garantia constitucional do direito à prática do aborto — o que pressupõe a descriminalização, mas vai além — com a obrigação de o Estado prestar assistência sob todos os aspectos e em todas as fases. Os argumentos principais dessa cor-

rente foram: 1 — o aborto não é apenas um problema individual, mas também de saúde pública, e social, e, portanto, político; 2 — na Assembléia Nacional Constituinte é quase certo que surjam projetos proibindo o aborto, mantendo ou intensificando a criminalização vigente, e a Bancada do PT precisa ter uma orientação definida e clara a respeito; 3 — a mera descriminalização não eliminará de fato as práticas clandestinas e nocivas à saúde; 4 — só a garantia constitucional do direito à prática poderá obrigar o Estado a prestar assistência efetiva.

Houve, também, raríssimos pronunciamentos a favor da proibição, constitucional ou não, do aborto.

Está, portanto, aberto o debate sobre o aborto. A discussão do tema nunca foi vedada no Partido, mas tampouco foi organizada de forma sistemática e ampla, quer pelos que o condenam, quer pelos que defendem a garantia constitucional de sua prática. As circunstâncias constituintes colocaram o Partido na contingência de ter de fazer uma opção clara, em curtíssimo tempo. Esse tempo deve ser muito bem aproveitado.

C.E.N.



Pela coexistência democrática

A discussão sobre as tendências, agora sistematizada, é aberta publicamente. Dos três artigos do primeiro caderno de tendências, publicado no *Boletim Nacional* (n.º 25), o mais polêmico é, sem dúvida, o de autoria do secretário geral nacional, companheiro Olivio Dutra.

Olivio pode não ter se dado conta, mas inicia sua dissertação com um título no mínimo questionável: "Um partido para a vida inteira". Curioso é que, em seguida, Olivio se embriaga de paixão e não poupa críticas ao dogmatismo. Não se trata de uma formulação dissociada de um contexto concreto. Revela, isto sim, o amor platônico de alguns petistas para com seu próprio partido; em outras palavras: patriotismo de partido. Uma paixão que secundariza o plano político e concede ao PT o status de ser superior, inquestionável, abstrato, supremo, digno de adoração. Olivio vai mais além e até encontra "marxistas com profunda fé no destino da classe trabalhadora". Curioso? Sem dúvida, mas não só curioso. Mais do que isso, o jogo de palavras se dispõe a minimizar a solidez da obra marxista. Há mais, o que seria "...a encruzilhada onde Cristo e Marx se encontrarão"? Seriam muitas as passagens do referido texto que mereceriam ser transcritas e analisadas, mas não é este o objetivo de meu ensaio. Queria apenas registrar algumas "pérolas" do dogmatismo, de apreço à fé, mas que se tenta negar transferindo tal acusação às chamadas "tendências".

Iniciemos o aprofundamento com uma consideração indispensável, qual seja, a de que nenhum filiado petista está imune a críticas, nem mesmo as correntes de opinião. É preciso, pois, avaliar a prática dos petistas sem privilégios nem discriminações. Partimos do conceito de que todos são petistas e, portanto, sujeitos igualmente aos direitos estabelecidos, o que de imediato remete à conclusão de que o PT é patrimônio de todos que o compõem, indistintamente. Em resumo, não há "bons" nem "maus" petistas.

A primeira questão a ser discutida refere-se ao caráter de parti-

do do PT. E assim é porque suas relações internas e externas são exemplos inequívocos de relações partidárias, e também porque se dispõe, como partido, a disputar o poder. Isto, no entanto, não elimina o forte componente frentista que o caracteriza, exatamente por sua composição e dinâmica heterogêneas. Também porque um partido de massas consegue aglutinar as mais diversas posições político-ideológicas, resguardando-se, porém, um significativo patamar de unidade, tais como a definição global socialista, a crítica anticapitalista, a oposição à transição conservadora, programa, manifesto e estatutos partidários etc. Portanto, não é prejudicial a heterogênea composição petista. E, além disso, a história tem comprovado que a coexistência é perfeitamente possível quando a garantimos por via de relações democráticas. Em resumo, o PT comporta posições filosoficamente distintas e, concomitantemente, se nutre deste paradoxo.

Com relação a correntes de pensamento que atuam em seu interior — organizadas diferentemente — há que se compreender que decorrem das próprias ambigüidades do partido. Como impedir, por exemplo, que os cristãos abram mão de suas instâncias próprias? Como impedir que comunistas prescindam de suas estruturas, se o enfrentamento com o Estado burguês exige a clandestinidade numa organização de vanguarda? Como impedir que os liberais tratem o Congresso Constituinte como mera disputa pela "democracia"? Devemos obrigar um cristão tradicional a se posicionar pela liberação do aborto? Devemos impedir sindicalistas de se articularem dentro e fora do PT? Devemos alimentar o forte ranço anticomunista impregnado nas bases e parcelas da direção do PT? Devemos aceitar que dirigentes das chamadas "tendências" desmoralizem publicamente o PT? Devemos encarar o processo político como algo estático e meramente formal? Devemos abrir mão de toda a experiência e contribuição prática e teórica que as chamadas "tendências" dão ao PT? Devemos responsabilizar estas "tendências" pelas dificuldades financeiras,

organizativas e propriamente políticas em nossa luta pelo socialismo? A resposta para todas estas, e eventualmente outras, indagações é uma só: Não.

É preciso, portanto, saber conviver com as características do PT em suas repercussões práticas. De fato, o PT não é um guarda-chuva para partidos e organizações menores — mesmo porque a maioria destas organizações e partidos não têm esta visão "utilitarista" — porém devemos saber tratar politicamente estas contradições. Não se pode admitir relações internas de partido para partido (esta é uma outra faceta equivocada), mas urge admitir que posições não estritamente uniformes possam se desenvolver. Exatamente porque não oferecem risco, mas o contrário, perspectivas avançadas, debate político, disputa de idéias.

A esquerda organizada

Muito embora já tenha afirmado que a concepção de "tendências" deva ser ampliada, especial atenção merecem as organizações de esquerda que atuam no PT. Não porque constituam "problema à parte", mas porque a dinâmica lhes destinou inquestionável importância.

As principais críticas que pesam sobre si são a prática "aparelhista", a utilização de estruturas próprias, a tática de se "empurrar" posições para dentro do PT, a "caça" aos militantes petistas, a utilização do PT para seus "interesses particulares", e assim por diante.

Uma pausa para a reflexão. Uma profunda reflexão. Voltemos então. Por acaso, algum militante petista em sã consciência poderia afirmar que as acusações supracitadas são "privilégios" dos militantes das organizações de esquerda? Eu mesmo responderei: Não. E o afirmo com conhecimento de causa (que aliás não me é exclusivo, está à disposição de todos que quiserem enxergar a realidade ao seu redor). Farei referências às tais acusações indagando a todos os petistas sobre o seguinte: vários ativistas, individual ou coletivamente, não articulados com as organizações de esquerda, já não se utilizaram

(e ainda se utilizam) de práticas aparelhistas? Várias correntes de opinião, que não as organizações de esquerda, não se utilizam de estruturas externas ao PT? Estas mesmas correntes já não defenderam (e ainda o fazem) propostas, anteriormente discutidas e elaboradas, nas instâncias do PT? Estas mesmas correntes não procuram ampliar sua base de influência, ganhando para si mais adeptos? Os "interesses próprios" destas mesmas correntes não são contraditórios ao PT como os das organizações de esquerda?

Ora, é improvável que posturas sejam de exclusividade das organizações de esquerda. Não se trata de isentar quem quer que seja, mas de reconhecer a generalização de algumas indesejáveis heranças da história das esquerdas. Convém aqui analisar práticas individuais, não poupando quaisquer militantes que acarretem danos ao partido. Sem privilégios nem discriminações.

Quero, pois, chamar a atenção dos companheiros sobre a crescente tendência de se responsabilizar as organizações de esquerda por todos os males do PT. Alguns companheiros se esquecem de olhar para os seus próprios umbigos. É verdade que algumas diretrizes de algumas destas organizações se excedem em equívocos, entretanto, na maioria das oportunidades em que o debate vem à baila, não se questiona suas formulações, mas suas próprias existências. Ledo engano! Urge tratarmos o debate no plano político, sob pena do monolitismo esmagar um patrimônio indispensável: a liberdade de expressão.

Finalmente, cabe referência à acusação de que as organizações de esquerda desejam fazer do PT um partido de vanguarda. É bem verdade que muitos companheiros já cometeram este engano, desconsiderando o seu caráter de massas, amplo e aberto. Contudo, este mesmo partido de massas — hoje amplamente aceito — não pode prescindir de uma vanguarda com capacidade dirigente. Alguns podem até negar tal elaboração teórica mas se o fizerem estarão negando a própria história.



Algumas indicações

O debate só agora é sistematizado, e é preciso compreender este início como uma colheita de testemunhos e opiniões. A questão que se coloca, então, não é estabelecer esta ou aquela regra, mas aprofundar o caráter do "fenômeno PT", sua realidade e suas perspectivas, e isto inclui todos os petistas indistintamente.

Sugiro, pois, que a direção nacional redirecione o debate, ou seja, estimule a discussão não só do item "tendências" (até porque não me parece o principal na

construção do PT) mas também, e principalmente, as questões relativas a socialismo, comunismo, social-democracia, teologia da libertação, natureza do capitalismo e seu desenvolvimento no Brasil, partido de massas e revolução etc. Se não abarcarmos este leque de questões, não será possível compreender o PT e a existência das "tendências". Discutir tão somente o que fazer delas seria o mesmo que colocar o carro na frente dos bois.

Jefferson Oliveira Goulart
Piracicaba/SP, abril de 1987.

Cansados de proselitismo

A polarização entre Articulação e Grupos merece atenção maior. Mesmo que se esteja se incorrendo num certo erro agrupando trotskistas e marxistas-leninistas num canto só e Lula, Weffort, Florestan, Chico de Oliveira, Plínio e Cia. em outro.

Disse-se, até agora, que os grupos agem organizadamente dentro do PT, cada um brigando para que o partido esteja próximo de suas concepções de partido ideal. Mais especificamente, de partido revolucionário. Eis a questão: PT, partido revolucionário ou institucional? De quadros ou de massas? Marxista-leninista ou trotskista?

Todas essas perguntas, na realidade, são automaticamente respondidas, quando o partido refletir sobre o processo de mudanças que a maioria de seus militantes crê para a sociedade. Em "E agora PT?", Plínio Aruda Sampaio trabalhou a questão das reformas do presente enquanto etapas do processo revolucionário, impedindo que elas se esvaíem em si mesmas, originando a social-democracia.

Chico de Oliveira tratou de dissipar certos preconceitos políticos com o comunismo (oriundos da domesticação do PC brasileiro) para, em seguida, dedicar-se ao estudo da "tática e estratégia", sinônimo de "conjuntura e estrutura".

Marilena Chauí, filósofa, pensa o processo de mudança, enquanto o controle da população sobre o "novo", que ela mesma

identificou com a democracia (a verdadeira, é claro. Não essa aí...).

José Alvaro Moisés reafirma: de massas, de luta, democrática e socialista. Acrescenta, ainda, o papel na organização e autoconscientização da classe trabalhadora.

Finalmente, Emir Sader sintetiza em versos de Lewis Carol (Alice no País das Maravilhas) a importância da escolha do caminho para se atingir determinado lugar - objetivo.

Qual é o objetivo do PT? Resposta unânime do partido: o socialismo. Uma sociedade sem explorados, justa, fraterna, igualitária, comunista (sem burocracia e o diabo a quatro!).

Mas como chegar até ela? Somos Alice que, ao perguntar para o gato que caminho tomar, ouvimos em resposta a indagação: mas para onde você quer ir? Quer uma nova ordem econômica não basta. Dizer que a sociedade será mais justa etc. é muito pouco.

Ocorre, então, que dizer que o socialismo será definido no processo de mudança, nas lutas, no dia-a-dia é insuficiente. Repete a ideia do cachorro que roda em torno de si, sem sair do lugar, tentando morder o rabo. Isto é, não se define o socialismo esperando que as "lutas o definam". Pois as lutas sem clara direção política não levam a qualquer transformação de cunho político-social, mas ao associativismo,

unionismo etc. E se precisamos de uma política definida, volta a pergunta: qual será a atuação? Que caminho seguir?

Se supormos a colocação de Emir Sader procedente, a discussão, atual, está invertida. O debate inicial é, ou deveria ser: como será a sociedade que queremos construir. Posto isto, que caminho seguir. E aí, creio, surgirão os impasses. Em português claro, os grupos optam pela intervenção armada, intenção que realmente não observo na Articulação. Os principais intelectuais orgânicos do PT estão, como pode-se notar anteriormente, com a democracia (de verdade) como caminho para o socialismo libertário. A democracia popular como opção. Sua consolidação estratégica e sua conquista, a tática.

Todo o trabalho dos grupos objetiva a viabilização da "situação" do povo com armas. Busca aproximar a luta armada da luta de massas, colocando a primeira como única via para o socialismo. Por esta concepção, por exemplo, o PRC, marxista-leninista, insiste na organização de quadros profissionais em sindicatos, deslocamento de militantes, situação de "geladeira" e coisas do tipo que comprovam uma articulação bem ortodoxa.

Sintetizando: divergências quanto ao caminho. De onde sur-

ge: luta de massas X luta armada. Logo, tem-se como consequência: partido revolucionário X partido de massas e socialista. O PT não precisa definir o seu caráter.

É por isso que as organizações que acreditam no PT se dissolvem e apostam exclusivamente nele. Elas acham que para alcançar o objetivo delas - a luta armada - o PT deve apresentar-se como partido capaz de conduzir-nos a tal. Do contrário, é inviável a dissolução deles. Nesse sentido, atuam como força dentro do PT.

Bom seria, contudo, se ficassemos só nisso. O PRC, por exemplo, vai mais longe e busca a clandestinidade. Só não sei como conseguem militantes.

Os trabalhadores, de fato, não têm tempo para a clandestinidade, estão muito presos à produção, ao trabalho.

Finalmente: o PT é um partido, não é uma frente!

Seguindo a democracia interna que me faz repudiar as perseguições às tendências, me levam a pedir-lhes que se comportem de acordo com as deliberações do partido. Estou de proselitismo.

Paulo Guilherme F. Corrêa
Rio de Janeiro, abril de 1987.

PT é partido e não frente

Muito importante o debate a respeito das famosas "tendências" existentes dentro do Partido. Já não era sem tempo atacar este problema de frente, pois, a despeito de representarem linhas de pensamento que enriquecem a discussão interna, muitas vezes, quando partem para a ação prática, causam grandes prejuízos, pois agem segundo táticas e programas próprios, expondo o PT à crítica mais tendenciosa, habilmente dirigida pela grande imprensa. Desnecessário se faz lembrar o famoso assalto da Bahia e a ação desastrosa da Convergência Socialista na greve da GM em São José dos Campos.

Enquanto o PT, como partido surgido nas bases operárias urbanas, luta para se firmar como força representativa dos trabalhadores no cenário político, não pode esquecer que estes, em sua imensa

maioria, são despolitizados; a própria palavra socialismo os assusta, já que não sabem seu significado e nem o próprio PT já se definiu nesta questão.

Quem trabalha em indústria, sabe muito bem o que acontece quando um sindicalista da "vanguarda" vai à porta de fábrica e começa a falar em burguesia, classe operária internacional, imperialismo etc. A debandada é geral, e em poucos minutos o militante fica falando sozinho.

Por isso, acho perfeitas as colocações do companheiro Olivio Dutra, no caderno das tendências (BN n.º 25). O PT não é um condomínio, é um partido para toda a vida.

William Antonio M. Thorlay
São Paulo/SP, abril de 1987.



Sobre os caminhos para o socialismo

"O defeito das discussões sobre os caminhos para o socialismo tem sido a forma abstrata de sua colocação." Severino responde ao artigo de Perseu Abramo.

A discussão sobre "os caminhos para o socialismo", enfocada no artigo de Perseu Abramo no BN - n.º 24, é uma questão que interessa ser debatida intensamente, não só pelo PT, mas por todas as correntes progressistas que aspiram o socialismo. Surge como reflexo de uma necessidade histórica concreta que mostra claramente que quaisquer que sejam as iniciativas, o capitalismo não tem solução para os problemas da sociedade brasileira. O PT não pode amadurecer, avançar teórica e organizativamente, se esta discussão não for colocada em forma clara e consciente.

O defeito de toda discussão sobre os caminhos para o socialismo tem sido sempre a forma abstrata de sua colocação. Desvinculada dos problemas vividos diariamente pela população, das questões concretas da luta de classes, sejam de natureza eleitoral, parlamentar, sindical, social e política. As propostas e análises que ajudem a avançar ao socialismo devem ser formuladas indissolúvelmente unidas aos problemas que vive a população nos bairros, nas empresas, nos campos e centros de trabalho, a questões importantes como o papel da mulher, a criança abandonada, os negros, indígenas e a questão ecológica. Em geral, as discussões para avançar ao socialismo têm sido feitas de forma teoricamente complicada, à qual só quem tem acesso são os intelectuais. Na etapa atual da crise do capitalismo, e necessário adquirir a capacidade de persuadir os trabalhadores de que, até a mais simples luta salarial, só terá perspectiva se estiver vinculada à organização da luta pelo poder.

A ciranda da crise que envolve a economia capitalista determina que o sistema numa semana dê um aumento de salário com uma mão para tirar com a outra, na semana seguinte. Esta é a característica dinâmica da crise que torna impossível que se vá avançando, gradualmente, de conquista em conquista. Portanto, as lutas por melhores condições de vida e por organização sindical e política nos centros de trabalhos devem servir como ponte de ligação entre os problemas imediatos e os que se situam num prazo maior. Neste contexto, o caminho para o socialismo se dá através de saltos dialéticos e não passo a passo. Há uma célebre afirmação de Marx que, em determinados processos "os trabalhadores aprendem num dia o que não foram capazes de aprender em 20 anos".

É preciso que os movimentos sindical e político, CUT e PT, se consolidem. Este tem que aparecer, cada vez mais, como a verdadeira alternativa socialista de esquerda, porque, do contrário, persistirá a atual fragmentação do povo brasileiro e a predominância da política e dos interesses das elites capitalistas. Na minha opinião, no artigo de Perseu Abramo, falta afirmar um aspecto essencial: para ir ao socialismo é preciso ir definindo com precisão programática, tática e política. O programa tem que ter vida no dia-a-dia dos acontecimentos políticos. Um exemplo concreto: estamos vivendo estes dias as altas taxas de juro. Com elas, os grandes financistas estão empurrando para a falência vastos segmentos de pequenos e médios proprietários rurais e urbanos e, até mesmo, setores robustos da burguesia agrária e urbana. Qual deve ser a proposta política de classe do PT e dos sindicatos diante disto? Deve dirigir-se, programaticamente, a estas camadas médias mostrando que só podem ter espaço num governo dirigido pelos trabalhadores. Sob este sistema, serão impiedosamente esmagados pelos grandes financistas e os monopólios. A preocupação por organizar um poderoso movimento dos trabalhadores para ir ao poder marcha simultaneamente com a preocupação por arrastar vastos segmentos da classe média.

Quanto à questão de se saber se o caminho para o socialismo vai ser através da luta armada, eleitoral, creio que o mais importante é que um poderoso movimento popular organizado deva ter a preocupação para utilizar-se de todos os métodos. Mas compreendo também que, em determinada conjuntura, determinado método, pode ter total prioridade sobre outro. Por aí pode-se apresentar uma conjuntura em que por 24, 48 horas ou uma semana o "eixo principal" venha a ser a luta armada. O mais preocupante será se o movimento popular e, particularmente, sua direção não estiverem preparados para se utilizar dos métodos que a conjuntura indicar, porque, não fazendo dessa forma, poderá perder preciosos prazos históricos e provocar conseqüências graves e nocivas. A outra cara da moeda é querer se utilizar ou insistir com determinados métodos (a luta armada, por exemplo), quando não foi chegado o momento; e então se cai no aventurismo que dará os mesmos resultados.

É preciso não ter a menor ilusão. Caso o PT sozinho ou em aliança com outras forças progressistas chegue ao poder, por intermédio da via eleitoral, a resistência será violenta como conseqüência "natural" à aplicação de um programa de mudanças. A simples desapropriação de qualquer grande empresa rural ou industrial provocará oposição em todas as suas formas, inclusive, a armada. Outras questões fundamentais, que é preciso desde já analisar para educar o movimento popular na luta rumo ao socialismo, são: a necessidade do monopólio do comércio exterior, a estatização e o controle democrático e popular das estatais (aliás, o controle democrático das estatais por parte dos seus funcionários e o parlamento deveria ser uma bandeira assumida por nossa bancada na Constituinte e no Congresso). O problema das estatizações precisa ser defendido com mais agressividade. A burguesia realiza uma grande campanha contra as estatais, acusando-as de ineficientes e de fonte de corrupção e autoritarismo. Não há preocupação das esquerdas em desenvolver uma análise sistemática refutando estas distorções no sentido de demonstrar que o déficit e a ineficiência das estatais se devem, em primeiro lugar, ao fato de que servem de base de apoio às grandes empresas privadas nacionais e multinacionais.

Em segundo lugar, pela administração capitalista das estatais, responsável pelos privilégios e mordomias, incluindo a questão inteiramente submetida ao objetivo do estado capitalista, tanto para endividá-las como para manipulá-las em favor dos diferentes grupos burgueses.

As lutas sindicais e políticas se dão por etapas, mas, dependendo do nível de capacidade das direções do Partido e dos sindicatos, estas etapas podem se encurtar extraordinariamente. A luta pela transformação socialista jamais poderá ser levada a cabo por uma minoria. O socialismo não pode ser construído por minorias, por mais iluminadas que sejam. Por essência, é uma sociedade que se pauta pela participação do conjunto da população e pela elevação de sua consciência. Mas a elevação da consciência não se dá por igual, assim como não se dá a assimilação dos conhecimentos e o seu amadurecimento político. Neste aspecto, o papel de vanguarda como direção é insubstituível, a partir do momento que se aprova e se demonstra capaz ante a maioria da população. O fracasso dos grupos armados e das teorias foquistas, na década de 70, deixou uma espécie de trauma e bastante confusão quanto à função concreta das "minorias", o papel das vanguardas e a relação direção-massas. O setor politicamente mais atuante da sociedade até a tomada do poder vai ser minoria em relação à população. Os conflitos e as crises explodem quando es-

ta "minorias" não compreende o nível de consciência e o grau de decisão da população e quer impor, à sua revelia, projeto político por mais correto que possa parecer.

No seu artigo Perseu Abramo afirma que o caminho para o socialismo será "complexo, multifacetado" e não existirá um "eixo principal". Em parte, estamos de acordo com esta afirmação. Mas é preciso analisar também que a função do PT e das forças que lutam pelo socialismo é uma compreensão clara em cada etapa deste processo "complexo e multifacetado", a fim de dirigi-lo. Para isso é preciso que em toda luta importante, seja salarial, social ou política, os trabalhadores se eduquem na luta pelo poder. Caso contrário, a imensa energia das massas, expressada nas numerosas lutas travadas diariamente, se esvai, se dilui e se dispersa tal como os vapores numa caldeira defeituosa. Neste sentido, as experiências dos povos latino-americanos estão repletas de exemplos. Quantas lutas memoráveis e heróicas foram travadas por bolivianos, uruguaios, chilenos, peruanos etc., e não tiveram um "final feliz". Não apenas pela força e capacidade de repressão das elites dominantes aliadas ao imperialismo, mas porque as direções sindicais e políticas dos trabalhadores não souberam, e na maioria das vezes não quiseram, compreender esses processos "complexos, multifacetados". Quando foram capazes, triunfaram, como aconteceu em Cuba e Nicarágua.

No Chile, apesar do heroísmo comovente do companheiro Salvador Allende, o fato de não haver aproveitado, em determinados momentos, conjunturas e correlação de forças favoráveis para desmantelar a estrutura capitalista das forças armadas, da justiça e dos meios de comunicação, conduziu ao desfecho que todos conhecemos. O triunfo da contra-revolução no Chile não era uma fatalidade inevitável. O que causa temor é que a história nos apresente condições favoráveis e não saibamos atuar com inteligência, decisão e audácia nesses momentos cruciais e decisivos da luta de classe.

Vivi quase 10 anos na Argentina. Presenciei grandes lutas populares, greves gerais de uma impressionante unanimidade. Cidades grandes como Buenos Aires, Córdoba, Rosário, num dia de greve geral, pareciam cidades mortas. Pois bem, a concepção pelega por um lado e puramente sindicalista das direções mais combativas da CGT conduziu invariavelmente esta imensa força dos trabalhadores apenas para um movimento de pressão sobre as elites burguesas, e sempre tiveram o cuidado de empurrar o movimento para o beco sem saída das reivindicações meramente sindicalistas. O poder de centralização da COB sobre as massas bolivianas quase não tem igual em qualquer outro país do mundo; entretanto, nunca foi capaz de elaborar uma política para ir ao poder.

Quando colocamos estas questões é no sentido de que os trabalhadores brasileiros que estão se organizando na CUT e no PT não repitam os erros dos nossos irmãos latino-americanos. Que saibam aprender do processo político e que cada luta grevista, sindicalista e de qualquer outra natureza sirva como experiência para avançar no caminho para o socialismo. Não podemos prescindir das comparações com as experiências históricas de lutas de outros povos. A coisa se complica quando queremos aplicar receitas, sem levar em conta as peculiaridades determinadas pela formação cultural, econômica, política e sociológica do nosso país.

Severino Dantas Fernandes
março/87 - Antenor Navarro/PB

Veja a resposta a Severino na pág. 14.



Resposta ao Severino

Sobre o artigo de Severino Dantas Fernandes:

1. Programa. Certo, programa é fundamental. Mas programa e "táticas" são coisas distintas, embora relacionadas. Táticas podem variar a curto prazo, mas princípios e programas precisam ter durabilidade maior, embora também devam ser dinâmicos. Quanto à necessidade de maior precisão em todas essas definições, inteiramente de acordo.

2. Eixo Principal. O que afirmo no artigo, e reafirmo agora, é: "Tudo indica, portanto, que o caminho para o socialismo no Brasil... não terá, como eixo principal, nem a via eleitoral e nem a via armada... Seu eixo principal certamente será o de ações políticas coletivas organizadas..."

3. Passos e Saltos. É exatamente a dinâmica da História (e não só da crise) que permite — e, não, impossibilita — à classe trabalhadora conquistar espaços democráticos na luta pelo socialismo. Saltos dialéticos não caem do céu: ocorrem como momentos privilegiados de alterações concretas gradativas, não por acaso, mas pela luta de classes. Portanto, o caminho para o socialismo se dará por mudanças contínuas e por saltos.

4. As vias e a preparação. A História não é algo que necessariamente aconteça assim ou assado, sem participação de seus agentes. A conjuntura não pode ser vista como coisa abstrata ou reificada, diferente do resultado da luta de classes em cada momento. Um partido não pode "preparar-se" da mesma forma para uma via apenas eleitoral, uma via armada ou uma via de ações coletivas; ele precisa fazer opções prévias, embora essas opções possam mudar com o processo.

5. As resistências. Eleições e Parlamento são formas de luta de classes, na sociedade capitalista, e, portanto, podem ou não contribuir para a transformação socialista, sem serem o seu "eixo principal". Mas, se a via eleitoral vai encontrar resistência violenta, por acaso a via armada iria encontrar resistência menor? Trata-se de buscar a via pela qual seja possível obter, na correlação de forças, maior peso para o lado do socialismo e, assim, vencer as resistências.

6. Vanguardas. O socialismo não pode ser construído por minorias, por mais iluminadas que sejam. Certo. A elevação da consciência da população não se dá por igual. Certo. O papel da vanguarda como direção é insubstituível. Duvidoso e problemático. A concepção do que é vanguarda, do seu papel e das suas relações com a base partidária e com a classe trabalhadora — tudo isso é uma discussão que deve prosseguir.

Perseu Abramo



N.º 27 — MAIO DE 1987

Órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do

Partido dos Trabalhadores

Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041 — São Paulo/SP

— fone 575 2299

Editor: Bernardo Kucinski

Editor Adjunto: Flávio Aguiar

Secretária de Redação e Produção: Marisa Lourenço

Diagramação: Max Alberto Gonzales

Revisão: Martha Magnani

Composição Fotolito e Impressão: DCI

Tiragem: 20 mil exemplares

Plano de ação para 88

**Sugestões de um companheiro
de Guarapari (ES) sobre como articular,
desde já, o trabalho de conquista de prefeituras em 88.**

Evidencia-se a real possibilidade do PT conquistar algumas prefeituras em 88. Esta perspectiva deve causar inquietude no sentido de nos prepararmos bem para o desafio de administrarmos estas prefeituras sob a ótica da participação democrática popular.

Três aspectos desta preparação me parecem salutar e complementares: a formação política dos nossos quadros, a discussão dos mecanismos de participação popular na administração petista e a elaboração das plataformas e dos planos do PT para as prefeituras.

Estas tarefas são imprescindíveis e desde já devemos começar a nos prepararmos de forma organizada e sistemática. Para isto devemos ter um Plano de Ação bem elaborado e eficiente...

Para este plano de ação, gostaria de apresentar algumas sugestões:

- 1) Criação de uma "Assessoria Especial" junto aos diretórios Nacional e Regionais, para dinamizar essas tarefas;
- 2) Consulta aos diretórios Regionais para a priorização dos municípios com possibilidade de vitória, pois devemos concentrar nossas ações para que seja feito um trabalho de boa qualidade (uma prefeitura do PT será sempre um espelho para a sociedade);
- 3) Relacionar companheiros de todos os Estados em condições de realizar seminários de

formação política para os quadros do PT nos municípios do interior;

4) Os diretórios regionais, após consulta aos diretórios municipais, deveriam estabelecer um cronograma com datas e assuntos dos seminários no interior;

5) Deveria partir do Diretório Nacional sugestões a todos os diretórios municipais sobre a importância de se discutir um programa de governo do PT para cada município, tendo em vista as eleições de 88.

6) Aos diretórios nacional e regionais, através das assessorias especiais, caberia orientar e dar subsídios aos diretórios municipais em todas as etapas dessas discussões. Sugerir, por exemplo, a discussão do programa de governo no município através de um questionário distribuído à população, com a finalidade de definir as prioridades, sendo que, a partir disso, cada diretório estabelecerá uma programação de continuidade dos debates por temas;

7) Caberia aos diretórios municipais discutir temas específicos junto a categorias profissionais, entidades representativas e a população em geral, sempre que possível, contando com a participação de um especialista no assunto, ligado ao PT.

Arivald Santos Ribeiro
Guarapari/ES, março de 1987

Retomando a credibilidade

**Insatisfeito com a decisão do
Diretório Nacional de designar
uma Comissão de Ética nacional
para estudar o pedido de
expulsão dos membros da
Executiva Estadual envolvidos
no "caso dos coronéis", o
tesoureiro do PT de Sobral
afirma que a Direção deveria
consultar a base.**

Nós do diretório do PT da cidade de Sobral, Estado do Ceará, não ficamos satisfeitos com a atitude que a nacional tomou a respeito do caso da expulsão dos três companheiros da Executiva Estadual.

Acreditamos que a decisão tomada por parte do Diretório Estadual foi coerente e responsável, tentando manter o caráter do PT. Tendo boa repercussão no interior, dando novo ânimo aos simpatizantes e retomando a credibilidade de antes.

Acreditamos que a cúpula do Partido tem de ouvir a base antes de tomar qualquer decisão, respeitando o momento histórico em que se encontra o Partido em nosso Estado. Se a nacional decidir pelo contrário, es-

tará apostando junto com a burguesia na destruição do PT.

Francisco Osvaldo Aguiar
Sobral/CE, abril de 1987



Garanhuns sai na frente

**A unidade na greve
leva à vitória**

A Garanhuns Indústria S/A (GISA) é uma empresa de economia mista sob o controle do Estado, existe há mais de vinte anos; e há muito tempo os trabalhadores sofrem todo tipo de exploração: com baixos salários e negação de muitos de seus direitos.

Apesar de não termos uma Associação ou um Sindicato que nos represente... No último dia 5 de fevereiro cruzamos os braços com uma unidade impressionante e sem pique: 120 trabalhadores em luta pela primeira vez na história da empresa e na história da cidade. Sete dias de greve.





Preocupado com a desorganização



O patrão nem queria acreditar. A população da cidade, quando nos viu em passeata, pensavam que era enterro ou que era uma revolução. Estive diante do movimento grevista como presidente do diretório municipal do PT e como funcionário da empresa (um ano de trabalho na empresa e de trabalho de base).

Aproximadamente 500 companheiros da matriz, na capital, pararam por 24 horas. Resultado: demos de 18 a zero no patrão, asseguramos uma vitória política para os trabalhadores, conquistas econômicas (15% de aumento real) e conquista de direitos.

O apoio da CUT foi decisivo tanto no interior quanto na mobilização e organização dos companheiros da capital. O PT ganha respaldo e respeito.

Eraldo Ferreira dos Santos
Garanhuns/PE, março de 1987.



Carta ao Lula

Companheiro Lula,
Foi um prazer estar contigo e tua família. Conhecer tua casa, tua mulher e filhos, teus companheiros. Foi muito bom. Me orgulho de pertencer a um partido que tem um líder como você. Vamos trabalhar feito camelos pra mudar este país.

Estou mandando um disco pra que você conheça um pouco meu trabalho no teatro e não fique apenas com o lance da TV. Na Carrêra do Divino é uma peça de 79. Feliz Ano Velho foi convidado oficialmente para o Festival de Cuba, em maio. Agora tenho quase certeza de que vamos. Quase, porque vai depender da organização dos cubanos. Pelo que você disse...

Importante: você comentou alguma coisa sobre a Alemanha Oriental. Pois bem, tenho um grupo de excelentes atores, diretores, atrizes etc. Todos interessados na possibilidade de conhecer o teatro, intercâmbio etc. São pessoas de primeira. Se necessário posso recolher currículos. Podemos até levar Feliz Ano Velho. A peça esteve em Nova Iorque, México, Porto Rico, vai para Cuba, por que não Alemanha? Se tiver oportunidade toque essa bola.

Tenho reforçada a certeza de que nosso Partido é a única opção para levar o país à liberdade, à justiça e, principalmente, dar aos oprimidos condições de aspirar a uma vida mais digna. Mete bronca em Brasília.

Vamos mudar tudo. Um grande abraço.

Paulo Betti
Rio de Janeiro, março de 1987

Estou preocupado com a desorganização que grassa no setor de recebimento do Boletim Nacional. Várias pessoas, militantes, filiados ou simpatizantes, já alertavam-me sobre esse fato. Porém, resolvi averiguar pessoalmente. Assim, fui recolhendo assinaturas do BN e encaminhando-as até vocês, para posterior comprovação e por precaução, mandava todas as cartas registradas e guardava o comprovante de desconto do cheque.

Mesmo, e talvez por isso, constatei que, realmente, diversas assinaturas não eram efetivadas mesmo sendo pagas. Gostaria de entender e/ou encontrar uma justificativa para tanto, já que os assinantes ficam me cobrando e outros (os quais não tenho contato) podem, em alguns casos, até entrar em crise de confiança com o próprio Partido, com aqueles velhos chavões que sabemos existem. Entre os companheiros que fiz assinaturas (95 até o momento), não receberam nenhum número até o momento:

Abelardo Scalco Isquierdo, Dulce Helena Brasil, Waldy Silveira, Cesar da Silva, Reinaldo Rulian Nunes Filho, Walter Francisco Ferreira de Souza.

Esperamos que iniciem a remessa para os assinantes acima. Mais de 50 ainda não conseguiram entrar em contato para verificar se estão recebendo. É provável que vários outros também estejam sem receber.

Por outro lado, soube de casos em que o assinante com uma única assinatura recebe dois Boletins de cada edição. É muito importante que aquele que assinou receba o BN pois muitas vezes ele é o primeiro contato com o Partido. Quando a relação do simpatizante com o Partido sofre qualquer crise de confiança pode significar a interrupção de uma relação ainda frágil muitas vezes. Esperando uma rápida solução para esses pequenos problemas, subscrevo-me.

Erton Birk Teixeira
Porto Alegre/RS, março de 1987.

BN responde:

Em resposta ao companheiro Birk Teixeira e a outros que possam ter dúvidas quanto a organização do setor de recebimento de assinaturas do Boletim Nacional, temos a esclarecer o seguinte:

1) Todas as assinaturas do BN são registradas 3 vezes; a primeira no livro de contabilidade; a segunda nas planilhas de cadastramento do Prodasem - serviço que utilizamos através da Secretaria de Organização do PT, em Brasília -, que são enviadas mensalmente à S.O.; o terceiro registro é feito nos computadores do Prodasem. Portanto, recebendo qualquer reclamação, sempre temos como localizar a falha no processo de cadastramento de assinaturas.

2) Após a computação das assinaturas, recebemos da S.O. uma listagem com os nomes e

endereços de todos os assinantes, por onde mantemos o controle de correção e mudança de endereços. E, cada edição é enviada aos assinantes através dessa mesma listagem.

3) Os motivos para o não recebimento do jornal podem ser muitos: a) extravio no encaminhamento da assinatura (por isso pedimos que as cartas sejam registradas); b) endereço errado ou incompleto; c) falha na computação da assinatura (e estas só podem ser corrigidas mediante relamação); d) falha no serviço do correio.

O procedimento comum diante de queixa é verificar o recebimento da assinatura (no livro-caixa e na listagem). Se chegou, localizamos a falha e corrigimos. No seu caso, por exemplo, encontramos os registros no livro-caixa, porém estes não constavam da listagem. O procedimento é sempre o mesmo: registramos novamente as assinaturas e enviamos aos assinantes os Boletins não recebidos até então.

Acreditamos haver esclarecimento não se tratar de falta de organização e sim de falhas comuns. Falhas que podem ocorrer com maior frequência quando é necessário buscar formas alternativas de trabalho em função da falta de recursos.



ASSINE



Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Anual Cz\$ 100,00
Bianual Cz\$ 200,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP

A GUERRA PELA TERRA

São Paulo
Zona Leste

**Maria do Carmo Souza é viúva,
nove filhos na rua e mais um na barriga.
Trabalha doze horas de faxineira
para ganhar dois mil cruzados por mês.
Não dá para pagar nem aluguel de barraco.
Maria do Carmo é uma das vinte mil mães
que declararam guerra pela terra
na Zona Leste de São Paulo.**

Durante março e abril, milhares de famílias invadiram cada pedaço de terra desocupada do Itaim Paulista, de Guaianases, de São Miguel e de outros bairros da Zona Leste de São Paulo. Dos pontos altos da região, para qualquer lado que se olhasse, avistavam-se dezenas de acampamentos de lona. Antigos matagais foram transformados em loteamento por uma população de sem-casa.

Os moradores desses bairros, donos ou inquilinos das casas próximas aos acampamentos, não gostaram da nova vizinhança. Para eles, os invasores significam mais desordem para uma região marcada por loteamentos clandestinos, pela especulação imobiliária e pela falta de infra-estrutura urbana. A urbanização da Zona Leste começou na década de 60. Na época, as chácaras da região também foram invadidas. Hoje, a Zona Leste reprisa o mesmo filme, com produção mais moderna. Muitos dos terrenos invadidos este ano ainda estão sendo disputados na Justiça.

Na verdade, a organização é uma das características das novas invasões. Antes de invadir a pessoa é cadastrada pela Pastoral da Terra ou aprovada pela comissão de invasores do terreno. Se não tem mais lugar, o jeito é colocar o nome na lista de espera. A desordem está na subversão do direito à propriedade privada. De resto, os invasores, longe de serem baderneiros, são favelados e moradores de casa de aluguel, que depois do aumento, não podiam mais pagar as mensalidades.

Maria do Carmo Souza faz parte do grupo dos favelados. Ela invadiu um terreno ao lado da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no bairro do Curuçá. Veio morar numa barraca de uns dois metros quadrados. Dentro, apenas uma esteira, uma cadeira, além de roupas e panelas espalhadas pelo chão. "Eu saí do meu barraco porque, toda vez que chovia, ele enchia de água." Dona Maria continua falando sobre sua vida. Conta que é faxineira e ganha dois mil cruzados para trabalhar doze horas. "Isso não dá para pagar o aluguel", comenta.



Fátima Cristina Cardoso

Fátima Cristina Cardoso

Maria do Carmo tem nove filhos e espera mais um. Só quatro moram com a mãe. Os outros, uma assistente social levou para um internato. "A assistente social disse que eles estavam abandonados porque eu trabalho doze horas e sou viúva. Agora, uma filha minha fugiu e tá morando na Praça da Sé... troca até tiro com a polícia..." conta, com dificuldade para falar.

Maria do Carmo e outros invasores esperam a casa de dois cômodos e um banheiro que o governo prometeu construir. O secretário da Habitação, Adriano Murgel Branco, falou em vinte mil casas prontas em dois meses. João Salviano, vizinho de acampamento de Maria do Carmo, sugere uma for-

ma de pagamento: um carnê com mensalidades que seu salário de aposentado por invalidez (Cz\$812,00) possa pagar.

A promessa existe, mas as casas ainda não. As desocupações, porém, não se fizeram esperar. Um dia depois da promessa do secretário, a polícia começou a destruir os acampamentos. Se o governo não cumprir o prometido, muitos invasores falam em declarar guerra pela terra. "Se o secretário faltar com sua palavra, muita gente vai se revoltar, e se for preciso pegar numa "metranca" e declarar guerra, dessa vez eu vou pegar. "E não sou só eu" — ameaça um invasor.

Fátima Cristina Cardoso
(colaborou Magda D. Hercheui)